

O CORPO EM REVISTA: MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO MULHER COM DEFICIÊNCIA

Maria Eliza Freitas do Nascimento

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo: A mídia contemporânea abre espaço para a produção de diferentes discursos. Dentre os quais se observa a ênfase na imagem do sujeito com deficiência, em virtude dos deslocamentos sofridos na trama histórica. Dessa forma, iremos nos debruçar na análise de enunciados midiáticos que discursivizam o sujeito mulher com deficiência, observando os modos de subjetivação, ligados às redes de memória e aos efeitos da relação poder-saber. Seguimos a trilha teórica da Análise do Discurso, por meio do diálogo com as ideias foucaultianas, em busca das vontades de verdade e dos efeitos de sentido que se instauram nos enunciados midiáticos.

Palavras-chave: Corpo, discurso, mídia, mulher com deficiência.

Abstract: **The body in magazine: subjectivity ways of the subject woman with disability.** The current media creates space for the production of different discourses. Among which it is possible to observe an emphasis on the image of the subject with disability due to the displacement taken through the history. That way, we are going to realize the analysis of the media statements which talk about the subject woman with disability, taking into consideration the subjectivity ways that are linked to the memory webs and to the effects from the power/knowledge relation. We follow the principles of the Discourse Analysis theory, by the Foucault's ideas, looking for the truth willingness and the meaning effects that have been brought in the media statements

Keywords: Body, discourse, media, woman with disability.

Palavras iniciais...

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma 'política' discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.

Michel Foucault

Refletir sobre essa “política” discursiva, possibilita por em discussão como diferentes discursos circulam socialmente e produzem efeitos de sentidos plurais, ligados à

construção das verdades de uma época e a edificação das práticas sociais, as quais envolvem os sujeitos em diferentes situações. Dessa maneira, no cenário das discursividades contemporâneas do cotidiano, sobressai o discurso da inclusão do sujeito com deficiência, como um acontecimento que promove práticas de valorização e respeito à diversidade.

Nota-se, uma visibilidade e um novo olhar para as questões da inclusão, exemplificadas, dentre outros, por meio das políticas públicas, dos documentos institucionais, das campanhas governamentais e dos diferentes enunciados

que circulam na mídia. Esses enunciados ajudam a compor o arquivo do discurso da inclusão e auxiliam na compreensão dos modos de subjetivação dos sujeitos com deficiência. Em especial, é possível refletir a relação corpo e mulher com deficiência.

Interessa pensar o lugar da mídia como produção discursiva, que sedimenta a história do corpo com deficiência contada sob o olhar de um suporte que produz os dizeres a partir da visibilidade para a construção de certos sentidos e não outros. Neste percurso, destacaremos o olhar da Revista Sentidos, uma produção midiática destinada a discutir a inclusão da pessoa com deficiência, ressaltando aspectos da inclusão como fórmula de sucesso, ao discursivizar corpos produtivos e economicamente ativos.

Desse modo, iremos analisar os enunciados da Revista Sentidos, que discursivizam o sujeito mulher com deficiência, destacando os modos de subjetivação, ligados às redes de memória e aos efeitos da relação poder-saber. Investigaremos as estratégias disciplinares e os procedimentos de governamentalidade percebidos no discurso da inclusão, observando as vontades de verdade que circulam nos enunciados e os efeitos de sentidos produzidos.

Além disso, é possível compreender os deslocamentos acerca da concepção de deficiência, a qual vai depender das condições de produção, da historicidade, da relação entre os enunciados, de sua atualização na construção do objeto. De acordo com Foucault (2007), as relações discursivas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc. Isso faz promover a emergência do discurso da inclusão e suas implicações na sociedade.

Este trabalho apresenta uma proposta de leitura discursiva que busca a construção do sentido ligada à historicidade, saindo do aspecto puramente estrutural para enveredar pelos ditos e não ditos que permeiam o enunciado. Partimos dos pressupostos

epistemológicos da Análise do Discurso de vertente francesa, a partir do diálogo com Michel Foucault e sua contribuição para a teoria do discurso, escavando os sentidos em revista. Essa construção de sentidos é mediada pela Semiologia Histórica, na qual traços indiciários são percebidos na tessitura discursiva, como forma de mostrar o repetível e o legível nos enunciados.

Corpo e poder: O sujeito com deficiência na trama da história

Os deslocamentos apresentados na história do corpo com deficiência possibilitam discutir o relacionado às diferentes relações de poder-saber. O corpo como tecnologia de poder não passa imune aos efeitos dos mecanismos de controle e as estratégias de governo do outro. Assim, é possível discutir questões apontadas por Foucault (2005) sobre os modos pelos quais os efeitos de poder se espalham, fabricando sujeitos imersos no corpo social. Para o autor, o poder se exerce em rede, constituindo diferentes micropoderes. Deve ser visto ainda, como algo que circula, que não está em um centro ou lugar específico. Entretanto, esse poder descentralizado é uma construção recente, pois pelas tramas da história observa-se que o foco recaiu inicialmente sobre um poder supremo.

Por isso, a historicidade em torno do sujeito com deficiência se inicia ligada aos ditames do poder soberano, cujos princípios marcam a era dos suplícios sobre o corpo, em nome de uma vontade de verdade, controlada por um centro de poder. Esse regime era caracterizado pelo direito do soberano em decidir sobre a vida e sobre a morte dos súditos. A pena jurídica incidia sobre o corpo, de forma que “o suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal, é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”. (FOUCAULT, 2010a, p. 36,). O corpo era marcado, condenado, torturado, exposto, supliciado até a morte como punição para os delitos praticados, indicando a ostentação da verdade e do poder.

Esse mecanismo de poder justifica os processos de exclusão e segregação sofridos pelo sujeito com deficiência, tendo em vista que, por não se enquadrar no padrão de normalidade e atender as exigências da sociedade da época, poderiam ser abandonados ou mortos. Esse fato se dava em virtude da concepção de deficiência, ligada à invalidez, incapacidade e monstruosidade. Nota-se, assim, que sempre houve um controle sobre o corpo anormal (com desvios físicos ou psíquicos) de forma a promover a exclusão. “Eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de ‘marginalização’, como diríamos hoje” (FOUCAULT, 2002, p. 54), que visavam a um poder de normalização promovido pelo saber médico-jurídico, através da prática do exame. O anormal era considerado um monstro. Nas palavras de Foucault (2002, p. 69):

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza.

Há um predomínio da instituição e do saber jurídicos, incidentes na noção de monstro, que favorece a promoção de uma dicotomia baseada na violação do normal, fazendo surgir o monstro pelo rompimento com a regra natural ou jurídica. Com isso, o corpo com deficiência, em suas mais diferentes nuances, era considerado monstruoso. Ele rompe com as formas padronizadas socialmente de corpo normal, fazendo calar a lei, pela impossibilidade de marcação e explicação da diferença.

Destarte, a história avança por fronteiras outras que fazem surgir deslocamentos nas relações de poder e saber, criando novas formas de controle sobre o corpo. Isso não acontece de maneira linear, mas sob o olhar cintilante de acontecimentos que marcam a transição dos efeitos do poder. Importa não mais castigar com a morte, mas se voltar para o ordenamento e a produção da força, visando

governar através de um exercício positivo de poder, o qual marca a gestão, multiplicação, valorização e docilização do corpo.

Essa forma de governo caracteriza a sociedade disciplinar, marcada pelos efeitos do poder que incide sobre o indivíduo, diferenciando-a das técnicas ligadas ao biopoder, que tem por alvo a população. No entanto, o poder disciplinar e o biopoder são mecanismos de governo que incidem sobre a vida, iniciados a partir do século XVII para atender às necessidades da sociedade capitalista.

Interessa ao primeiro compreender o corpo como uma máquina que deve ser adestrada, com aptidões e forças, tornando-o dócil através das disciplinas, compreendidas segundo Foucault (2010a, p. 133) como: “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”. As disciplinas tornaram-se, no decorrer dessa ação de poder, a fórmula secreta para a dominação geral dos corpos, tendo em vista que elas oportunizam a fabricação de corpos submissos, exercitados e docilizados. Ainda segundo Foucault (2010a, p.133), com as disciplinas “forma-se então uma ‘política das coerções’ que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus gestos e comportamentos”.

Nesse entremeio, sobressaem as primeiras tentativas de educar o corpo com deficiência. De acordo com Mendes (1995, *apud* MIRANDA, 2004) o movimento filosófico, surgido após a Revolução Francesa, trouxe a ideia de defesa das possibilidades ilimitadas do indivíduo e a crença de que a educação poderia fazer uma diferença significativa no desenvolvimento e na vida das pessoas. Com isso, o conceito de educabilidade do potencial do ser humano teve uma influência direta na educação das pessoas que apresentavam deficiência mental.

Além disso, diferentes saberes se articulam na concepção da deficiência, de forma que o saber médico mistura-se ao pedagógico em busca da recuperação do sujeito. Há tentativas de docilizar o corpo com deficiência, através da institucionalização da psiquiatria e da

possibilidade de fornecer instrução para a pessoa com deficiência.

Outro deslocamento sentido nas relações de poder apontam para a efervescência do biopoder, cujo foco está não mais no indivíduo, mas corpo-espécie, ou seja, o corpo transpassado pela mecânica do ser vivo, como suporte dos processos biológicos (o nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade, etc.) perpassados por uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2010b). Constrói-se um efeito de controle e normalização da população, por meio de instrumentos de poder que motivem a vida em nome de uma verdade que promete práticas de bem-estar social.

Esse mecanismo de operação do poder é conquistado pela forma de governo que se efetiva devido à introdução da noção de governamentalidade, que faz a população aparecer como fim e instrumento do governo, sendo um sujeito de necessidades que aspira a melhor qualidade de vida. Por governamentalidade Foucault (2006a, p. 291) entende:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicas essenciais os dispositivos de segurança.

Esse tipo de poder que se sobrepõe a todos os outros, desenvolveu uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. Por isso, deve-se observar que a população é o foco central do governo, estimulado por saberes que emanam novos jogos de verdade. “Melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc”. (FOUCAULT, 2006a, p. 289), é o objetivo dessa mecânica de poder. Assim, a população aparece como um sujeito que precisa de regularidades, tais como taxa de natalidade, mortalidade, morbidade, epidemia, etc.

Tudo isso leva ao governo dos homens, almejando dirigir suas condutas por meio de

procedimentos diversos ligados ao Estado. Eles vão determinar a ação estatal sobre a vida da população, podendo ser exemplificada, principalmente por meio de campanhas públicas ligadas à saúde e à educação que visam ao controle dos “males” sociais. Essas campanhas são dispositivos de regulação e controle que permitem ao Estado agir sobre a conduta da população, apontando o que é melhor para o seu bem-estar social, sendo, portanto, uma forma de biopolítica.

É pertinente afirmar que as disciplinas não desapareceram em detrimento dessa forma de gestão da população. Elas são necessárias para penetrar no corpo social através das instituições como: a escola, as oficinas, os exércitos, etc., pois o individual passa pelo coletivo e gerir a população não se refere apenas cobrir problemas globais. Além disso, não se trata de sobrepor um regime de mecanismos de poder a outro, mas mostrar que o corpo não é somente disciplinado, ele sofre transformações, aperfeiçoamento e suas necessidades são produzidas por meio de diferentes estratégias.

Essas discussões enfatizam novos olhares sobre o homem na história, produzindo tecnologias sobre o corpo agregadas a relações de poder-saber que emanam na sociedade, sob a dupla articulação entre o poder disciplinar e as condições de emergência de um biopoder. O corpo, ferramenta anatômica e biológica que pode ser governado, sofre influência do capitalismo que exige sujeitos saudáveis para a produção e economicamente ativos. Isso evidencia uma mudança na forma de ver o corpo, que deixa de ser uma superfície de inscrição de suplicios e de penas, passando a ser visto na coletividade, na gestão política sobre a vida.

Nesse sentido, a história do corpo com deficiência passa a ser contada através dos efeitos do poder disciplinar e do biopoder. É também alvo dos procedimentos de governamentalidade que apresenta técnicas de inclusão, numa perspectiva política de controle e normalização, pressionada por diferentes acontecimentos históricos que provocaram rupturas na maneira de ver e dizer a deficiência.

A estratégia de inclusão social aparece como ligada aos deslocamentos ocorridos desde as Guerras Mundiais, com a proposta de reabilitação, modelo médico até chegar ao modelo social da deficiência, alicerçado no saber que determina os direitos das minorias. Houve, assim, a irrupção do discurso jurídico que legitima o gesto do poder público em governar a deficiência, fomentado por acontecimentos discursivos, os quais oportunizaram as táticas do biopoder incidir sobre esses sujeitos com deficiência. Dessa forma, “a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. (SASSAKI, 2002, p. 41).

Com a emergência do discurso da inclusão social, o objeto deficiência é transformado, deslocado, ressignificado no interior das práticas sociais, promovendo descontinuidades nos modos de subjetivação do sujeito. Ele entra no século XXI, como efeito do discurso da inclusão, o qual não pode ser visto como uma tábua de salvação, mas alicerçado nos acontecimentos que são produzidos no interior da história, discursivizado e repetido por diferentes vozes que ecoam nas redes de memória, perpassados pelos efeitos do poder disciplinar e do biopoder.

Seguindo o pensamento de Foucault (2006b), há em nossa sociedade e naquilo que somos hoje, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos. Não somos nada além daquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas. Por isso, esse percurso histórico que articula corpo e relações de poder, possibilitou compreender como o discurso da inclusão penetra nas malhas da sociedade, promovendo intervenção no olhar para a deficiência.

Desse modo, é possível buscar a construção dos modos de subjetivação dos sujeitos, atribuindo um destaque para a mulher com deficiência, pois esse sujeito faz parte da população das pessoas com deficiência e sobre ela recai a historicidade e os efeitos dos dispositivos da inclusão.

Discutiremos, então, a rede discursiva dos enunciados midiáticos da revista *Sentidos*.

A mulher com deficiência na mídia: o espetáculo do corpo em revista

A produção e a circulação das representações sobre o corpo têm sido mais intensas por ocasião da força da mídia, que se configura como uma das mais expressivas formas de produção de discursos. Através dela, se propaga uma série de verdades, influenciada pelo fenômeno de democratização e pedagogismo que esse veículo exerce no meio social. Isso acontece em virtude da abertura e da reconfiguração das instituições na sociedade contemporânea, que favorece o papel superior da transmissão de da informação destinados aos veículos midiáticos.

A mídia, como dispositivo discursivo, opera na construção de subjetividades, dita técnicas disciplinares, padrões de comportamentos e gerencia a vida dos sujeitos, através das múltiplas formas de controle e de fabricação de verdades. Com isso, torna-se instrumento de uma pedagogia política do corpo, da qual o corpo com deficiência é mais um dos alvos dessa instituição disciplinar.

Nesse foco, o olhar recai sobre o sujeito mulher, como recorte desse corpo que foi vitimado pela história e entra em novas dizibilidades. O discurso faz ecoar a visibilidade que emana do dispositivo midiático, uma vez que pretende convencer e influenciar pela verdade materializada. Segundo Gomes (2003, p. 75) “trazer à visibilidade é, simplesmente, mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível”. Tal característica condiciona o olhar através das lentes que se propõe ao disciplinamento, fazendo erguer o controle sobre o dito, a partir do jogo enunciativo proposto pela instituição midiática em evidência.

Assim, a mídia opera com a fabricação de mecanismos que constroem uma verdade mascarada pela metonímia da parte pelo todo,

pois enfoca o acontecimento parcialmente, sem promover a realidade na totalidade. Com isso, produz um efeito de espetacularização dos fatos produzidos e promove uma discussão acerca dos acontecimentos que estão em voga na rede discursiva. A inclusão social das pessoas com deficiência entra nessa era de discursividades do cotidiano e a mídia é uma forma de expressão e divulgação das estratégias utilizadas para atingir tal finalidade.

É assim que a mulher com deficiência, por meio do corpo antes marginal, também é discursivizada nos enunciados da revista *Sentidos*, atribuindo a esse sujeito a possibilidade de conquistar espaço como sujeito de desejos, produtivo e docilizado pelos mecanismos de controle da era da governamentalidade. As práticas inclusivas sinalizam o papel de destaque atribuído pelos veículos de comunicação na produção de dizibilidades que edificam os sentidos que se constroem sobre o que é dito. Nesse ínterim, cria-se o espetáculo de imagens que lideram as batalhas discursivas, contribuindo para se compreender o papel da mídia na sociedade. Os acontecimentos passam a ser discursivizados, ganhando mais visibilidade pela repetição com que é divulgado e pelo tratamento a que lhe é dispensado. Dessa forma:

a mídia não somente transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Desse modo, a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos aparelhos de comunicação de massa, sob a tirania do acontecimento. (NAVARRO-BARBOSA, 2003, p. 116).

Diante da gama de discursivização, emerge a sociedade do espetáculo que se pauta na configuração das visibilidades sobre os fatos transformados em acontecimentos. Fato que garante a força da mídia atuando na construção da história do presente, por vias da espetacularização dos dizeres que favorecem a inúmeras possibilidades de construção de sentidos. No entanto, “o espetáculo não é um

conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, midiaticizada por imagens”. (DEBORD, 2002, p. 10).

O que se observa é que a mídia age como instituição disciplinar apoiada na concepção da sociedade de controle erguida através de procedimentos do biopoder. Com isso, encontra respaldo para se tornar suporte de distribuição, seleção, acompanhamento e divulgação de modos de viver e estar na sociedade, seja agindo sobre o corpo do indivíduo ou sobre o corpo coletivo. Esse fato contribui para se pensar o papel da mídia no governo do outro, na maneira como condiciona estratégias de seleção e controle dos dizeres, como se pode notar na análise dos enunciados midiáticos da revista *Sentidos*. Usamos para a discussão algumas capas que mostram a espetacularização da inclusão, por meio da construção discursiva do sujeito mulher com deficiência.



Figura 1 – Espetacularização da mulher com deficiência
Fonte: Capas da revista *Sentidos*

Destacamos que os enunciados discursivos enfocam a imagem do sujeito mulher com deficiência para dar visibilidade as estratégias de inclusão. Dessa maneira, a construção do sentido pode ser pautada no olhar da semiologia histórica, a qual segundo Courtine, citado por Sargentini (2011, p. 116) “é indicada como uma abordagem que leva em conta as contribuições de Foucault, da história cultural, da antropologia histórica e da semiologia para oferecer-nos uma perspectiva de análise que se articula às reflexões dos estudos do discurso”. Sob essa perspectiva é possível, na materialidade das imagens, identificar índices corporais e exteriores, que podem ser formas, marcas, traços, linhas e signos, os quais possibilitam

destacar, neste trabalho a visibilidade e a espetacularização que incide sobre o sujeito mulher com deficiência.

A visibilidade e a espetacularização produzidas no enunciado das capas da revista acontecem por meio da inscrição do sujeito mulher, pela ordem do dizível e do visível, seguindo um projeto de leitura e o jogo tático da ordem do discurso. Há um apelo de imagens, mecanismos e estratégias do espetáculo do corpo, marcados pelo traço homogêneo do rosto, através do sorriso e da ênfase no braço, singularizado em cada imagem. Além disso, o show de cores, formas e disposição da aparência do sujeito mulher, a qual não é apresentada por um desenho, mas por uma fotografia, emana um efeito de realidade, por se tratar de indivíduos que realmente existem na sociedade, garantindo, assim, o espetáculo do corpo. Nas palavras de Santos (2012),

O termo espetáculo se refere a tudo que chama a atenção, atrai prende o olhar. Assim, a noção de espetáculo se refere ao que se dá a ver, aquilo que é exibido e que, portanto, exige algo que seja representado, encenado por alguém diante de uma determinada massa de espectadores. [...] Interessa notar na noção de espetáculo um trabalho peculiar de representação das ações humanas, isto é, a representação por meio de personagens que fabricam realidades, que ocupam, ou procuram ocupar, posições sociais históricas diante de uma determinada coletividade.

Nesse caso, o espetáculo oportuniza a visibilidade do corpo do sujeito mulher com deficiência. O que se apresenta aos olhos é um componente de ingredientes que promove uma pedagogia do sorriso como o gesto repetível que efetiva a subjetivação. Esses sujeitos são postos em evidência pela ênfase no efeito de felicidade, conquistada por diferentes mecanismos e estratégias de por em visibilidade o sujeito mulher com deficiência nas imagens.

Desse modo, há um efeito do poder disciplinar que incide sobre o sujeito promovendo estratégias sobre o corpo que o higieniza, dociliza e adentra para a vida em

sociedade. Não se pode negar que o poder sobre a vida provoca novas dizibilidades, as quais são produzidas e reproduzidas nos enunciados de capa da revista *Sentidos*, na qual o sujeito mulher com deficiência está imerso na trama discursiva e posta em visibilidade e espetacularização, como se pode notar no gesto de interpretação.

Na primeira, o sujeito está no campo, indicando liberdade associada à naturalidade das coisas, ao efeito de normalização, à possibilidade de fazer qualquer coisa, como os outros, em um espaço que a ordem política da acessibilidade não está marcada. Em compensação a parte inferior do corpo, representado nas pernas presas à cadeira de rodas, está como uma raiz que tem efeito de algo que ramifica, por meio do crescimento proposto pelo IBGE, através do saber da estatística, que indica o aumento percentual dos sujeitos com deficiência, intensificado por meio do traço linguístico do advérbio “mais”.

O céu azul, límpido é o que tem maior evidência na imagem, construindo um efeito de amplidão, de imensidão, de liberdade. Entretanto, o sujeito mulher com deficiência, nessa imagem, está sozinho, marcando ainda que é uma classe minoritária em relação ao todo da população. Mas a visibilidade é marcada no corpo, através do gesto dos braços abertos, com um efeito de acolhimento para o que vem em forma de inclusão ligada à biopolítica e como receptividade para os outros sujeitos ressaltados no aumento estatístico. Esse gesto dos braços abertos, lido como um traço indiciário, pode ser retomado em outras práticas discursivas, como na imagem do Cristo Redentor, marca de religiosidade e símbolo do Rio de Janeiro, característica da receptividade que indica receber o visitante de braços abertos. O gesto ressoa também por meio do enunciado que enfatiza quando alguém é bem-vindo, diz-se que ele foi recebido: “com um sorriso no rosto e de braços abertos”, corroborando que “a existência histórica de um gesto é retratada e reconhecida ao longo dos tempos”. (MILANEZ, 2011, p. 199).

Esse traço indiciário sobre o corpo, representado pelo sorriso no rosto e o foco no braço, marca a visibilidade do sujeito mulher

no segundo enunciado de capa. Há uma promoção do espetáculo pela arte como elemento de superação. A dança do ventre indica o lugar de liberdade e de possibilidade de realizar movimentos singulares. No enunciado verbal, há um signo que indica expressamente a espetacularização, “um show”, mas não o da dança, sim o da superação, que promove a autoestima e a alegria da mulher com deficiência, a qual tem o corpo discursivizado como efeito de normalidade. A estratégia de visibilidade está no braço, ele marca a dança como um elemento rítmico que requer habilidade e agilidade de mãos em diversos movimentos.

Com isso, o movimento do braço provoca um efeito de sensualidade mesmo diante da marcação da diferença pela ausência do outro membro. O véu e as vestimentas indicam que é a dança do ventre, considerada como a mais feminina e sensual dentre as danças, o corpo fica em evidência como elemento de expressão, comunicação e sensualidade. Neste caso, o braço para o alto, faz um gesto da dança, ratifica a regularidade dos movimentos de ondulação exigidos; no outro há a marcação da deficiência, pela ausência do membro como forma de legitimar uma identificação corporal, de marcar o lugar da diferença, inclusive pelo apagamento dos membros inferiores, que não aparecem por não ser nele que está o sinal da superação. O jogo de cores e o efeito de sombra causado pelo véu compõe o conjunto do espetáculo ratificado pelo enunciado verbal: “a vitória dos amputados: um show de alegria e autoestima”. (SENTIDOS, 2010).

Desse modo, silencia uma memória discursiva ligada à incapacidade e à invalidez, pois o sujeito mulher com deficiência conquista a possibilidade de realizar ações relacionadas ao padrão de normalidade. É esse efeito que promove a construção da subjetivação, por meio do sujeito construído discursivamente: alegre e produtivo, promovendo, assim, uma reatualização de memória pelo espetáculo do corpo via dança do ventre. Há, assim, a ativação de uma memória do presente, favorecendo ao aparecimento de uma “nova série que não

estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento, que desloca e desregula os implícitos associados ao sistema anterior”. (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

A estratégia no terceiro enunciado de capa promove a espetacularização associada ainda aos traços indiciários do sorriso e do braço como elementos de marcação e lugar da visibilidade do sujeito. Essa imagem comporta um regime de enunciabilidade que liga o corpo como o espaço do dizível e o apagamento da deficiência, por meio da higiene do rosto. São pistas de um sujeito normalizado, regado pelo discurso da beleza feminina que circula em diferentes enunciados, regidos por uma regularidade que dita um padrão: magra, loira e de autoestima elevada.

A fisionomia retratada em um close que mostra um rosto harmônico com olhos, nariz e boca bem definidos, sem traços de deficiência, além de outro elemento que enfatiza a beleza feminina, o cabelo, longo e esvoaçante, traço histórico de feminilidade e as unhas bem pintadas, reforçam a necessidade de apagar a sequela deixada pela paralisia cerebral, que aparece por meio da grafia em caixa alta, no do enunciado verbal: “Beleza e autoestima: Nathalia, universitária, fala como superou a PARALISIA CEREBRAL”. (SENTIDOS, 2010).

Desse modo, o close no rosto mostra o lugar em que a deficiência foi produzida, porém superada, o que resultou na visibilidade do sujeito mulher com deficiência relacionada à beleza e autoestima, grafadas em letras vermelhas, com muito destaque, para mostrar sua superioridade em relação à paralisia cerebral. Nota-se que os efeitos do poder disciplinar e as estratégias de biopoderagem no modo de subjetivação, pois esse sujeito é construído pelos dispositivos do poder sobre a vida, que está presente em diferentes esferas sociais. Dentre elas podemos citar a educação que oportuniza a construção desse sujeito mulher que teve acesso a escola, pode chegar a universidade e ao mercado de trabalho, fazendo silenciar a deficiência como uma memória da incapacidade.

Por isso, a sequele deixada foi apagada na imagem, ao evidenciar o braço e as mãos que podem usar o computador: outro traço que marca a normalização. O ambiente do escritório em que esse sujeito trabalha, ao estar sentada à mesa, escondeu as pernas como único vestígio do corpo com deficiência, que não pode andar sem a ajuda de terceiros ou da cadeira de rodas. Desse modo, a verdade do sujeito é silenciada pelos traços que promovem sua subjetivação, e produz o espaço do espetáculo que dita padrões de normalidade, ligada ao jogo do dizível e do visível na materialidade das imagens de capa.

Nos três enunciados de capas, há a construção de um efeito de sentido de liberdade e naturalidade por meio dos traços indiciários com ênfase no sorriso e no destaque dado aos braços que agenciam a regularidade do corpo. Cada enunciado promove uma visibilidade do sujeito mulher com deficiência, na qual o espetáculo está articulado à sociedade de consumo, de modo que os corpos tornam-se produtivos, normalizados por uma ordem do olhar e pelos mecanismos de poder. A deficiência é um produto a ser comercializado e espetacularizado pela instituição midiática que é a revista, pois um espetáculo, como algo visível, que se mostra a ver, não existe sem uma plateia, que neste caso, é formada pelos sujeitos leitores, consumidores desse espetáculo de imagens.

Assim, a revista *Sentidos*, enquanto um veículo midiático promove um discurso do espetáculo do corpo do sujeito mulher com deficiência, desenvolvendo uma pedagogia de superação e estímulo às diferenças. São enunciados permeados de cores, imagens e rostos sorridentes que garantem um efeito de qualidade de vida e construção de subjetivação, baseado na autonomia, bem estar, autoestima e superação.

Promove-se, dessa forma, um efeito de sentido que aponta a felicidade como marca característica da inclusão, pois quem está na ordem do discurso da revista encontra formas para viver melhor e mais feliz. Fato corroborado pelas outras capas de diferentes edições, as quais em sua grande maioria

apresentam pessoas sorrindo. Esse efeito de felicidade constitui uma estratégia de docilização do corpo com deficiência, atrelada a formas de valorização da vida que emanam da sociedade de controle apontada como locus das positivities do biopoder.

Considerações finais

A análise dos enunciados de capa da revista *Sentidos* promove um exercício do olhar para a produção discursiva que enfatiza os efeitos de sentidos, articulados a construção dos modos de subjetivação, neste caso, do sujeito mulher com deficiência. O enunciado midiático possibilita compreender como o discurso da inclusão faz revelar a relação corpo e mulher, de modo a favorecer determinados sentidos e não outros.

Como discutido, o modo de subjetivação está relacionado aos mecanismos do poder sobre a vida, que incide sobre o sujeito mulher promovendo vontades de verdades ligada a ideia de superação e felicidade. Entretanto, a ordem do que pode ser dito faz silenciar as práticas discursivas que não apontam a realidade da mulher com deficiência plenamente, pois, sabe-se que há inúmeros casos de sujeitos que não estão na esfera da inclusão, apontadas nesse discurso. Isso reforça o fato de que, segundo aponta Gregolin (2003, p. 97), “as mídias desempenham um papel de mediação entre seus leitores e a realidade, pois os textos da mídia oferecem não a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”.

São as práticas da interdição que coíbem as ações midiáticas de dizer qualquer coisa sobre a inclusão. A ordem do discurso prioriza os casos de superação e de inclusão efetiva como resultados de políticas afirmativas que promovem uma transformação social. A revista passa por procedimentos de editoração e tem como motivação para seleção do material a ser divulgado em suas páginas a ideia de que a inclusão é possível, além de pressões mercadológicas que instigam sua publicação e circulação.

Tais práticas promovem a credibilidade e a legitimidade do discurso que emana em seu interior. Com isso, faz-se antever o procedimento do discurso que prevê a separação e a rejeição entre os dizeres, promovidos pelo que se pode ou não dizer em determinado momento. Desse modo, a relação entre corpo e mulher com deficiência fica evidenciada pelos enunciados que promovem o espetáculo da inclusão como forma de sucesso e de valorização das diferenças, em um discurso de normalização que influencia na construção da subjetivação do sujeito nessa materialidade midiática.

Referências Bibliográficas

- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.
- FOUCAULT, Michel. A evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso”. In: **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010b.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.
- MILANEZ, Nilton. Materialidades da paixão: sentidos para uma semiologia do corpo. In: SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C; CURCINO, L. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011.
- MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. [História, deficiência e educação especial](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista). Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista> Acesso em: 15 jun. 2011.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. R. V. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.
- REVISTA SENTIDOS. Editora Escala. Ano IX, Edição Nº 59, 2010.
- SANTOS, Antonio Genário Pinheiro dos. **O espetáculo de imagens na ordem do discurso: a política americana nas lentes da mídia**. Brasília: Editora Kiron, 2012.
- SARGENTINI, Vanice. Contribuições da Semiologia Histórica à Análise do Discurso. In: SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C; CURCINO, L. (Orgs.) **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011b.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:**
Construindo uma sociedade para todos. 5.ed.
Rio de Janeiro: WVA, 2002.

Recebido em: 21 de Agosto de 2015.
Aceito em: 20 de Novembro de 2015.